

A Cultura Institucional e o Campo Científico: Reflexões sobre o Potencial de Interferência no Desenvolvimento e Circulação da Informação ¹

Willian Lima MELO²

Nadi Helena PRESSER³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

O trabalho promove reflexões sobre a cultura institucional presente no campo onde a informação científica se desenvolve. Possuindo seu foco direcionado às universidades, fundamenta-se no pressuposto de que a cultura compartilhada neste tipo de instituição influencia as ações praticadas pelos seus agentes, contudo, questiona-se a gênese deste fenômeno e procura na literatura sociológica explicações para o fato. A linha geral que norteou o presente estudo foi a pesquisa exploratória e, dada a multiplicidade constitutiva da temática, a pesquisa bibliográfica abarcou autores no campo da comunicação, administração, filosofia, antropologia e sociologia.

PALAVRAS-CHAVE: cultura; campo científico; universidade; informação científica.

INTRODUÇÃO

É conferida ao desenvolvimento deste trabalho a responsabilidade reflexiva, mesmo que indutiva, do processo encarregado de formar/recrutar a cultura presente em instâncias do campo científico. Para isso, foram traçados caminhos que visam a reflexão sobre o fenômeno presente na instituição universitária e seu potencial de interferência na produção, reprodução e disseminação da informação científica.

Para o alcance de um juízo sobre o tema requerido, a pesquisa, de cunho exploratório, procurou na literatura especializada fundamentações direcionadas ao contexto simbólico que emerge nas relações sociais.

As divisões do artigo são encadeadas de maneira a facilitar o entendimento, começando a explicar a corriqueira existência de uma cultura nas instituições até a provável compreensão de sua origem e consequências. Assim, encontram-se na primeira divisão do

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Relações Públicas e Comunicação Organizacional, da Intercom Júnior – IX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPE, recém graduado em Comunicação Social – Habilitação Relações Públicas pela UFAL. Email: willianmelo23@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Gestão da Informação do DCI-UFPE e do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPE. Email: nadihelena@uol.com.br

trabalho as relações diretas entre cultura e instituição, e, dando continuidade, será vista a justificativa de escolha para estudo da instituição universitária e dos próprios padrões distintos de cultura do campo científico.

Para finalizar, antes das considerações finais, serão vistas reflexões em torno do aparelhamento de um sistema circulatório dos fatos científicos, descrito por Latour, e suas reais exigências, descritas por Bourdieu.

RELAÇÕES DIRETAS: CULTURA E INSTITUIÇÃO

É impossível não perceber a obediência de certas regras, padrões e códigos invisíveis, numa instituição. Abreviar a concepção de “cultura”, presente numa organização, a uma simples submissão de regras é demasiado perigoso, no entanto, a redução de conceito acima citada é capaz sim de esboçar parte do fenômeno cultura dentro de uma organização.

O fenômeno “cultura” não costuma ser classificado facilmente, percebe-se isso ao lermos obras de especialistas sobre o tema (LARAIA, 1986). Porém, deixando um pouco de lado o trabalho de conceituação, a percepção dele pode repousar na análise dos indivíduos dentro da organização, e, na tentativa de reduzir erros de apreensão, sugere-se que se assuma uma postura semelhante ao do antropólogo ao analisá-lo, afinal aquele que está externo pode perceber com mais facilidade algo que não lhe é comum (LATOUR; WOOLGAR, 1997).

Uma instituição, ou uma organização, como diz Morgan (1996) é composta por pessoas, e estas são carregadas de suas realidades, e, assim sendo, tendem e tentam a reproduzir essas representações. Assinala-se então uma ligação direta entre cultura, instituição e práticas. Toda instituição realiza procedimentos, possuem objetivos, missões, e o desenvolvimento e alcance destes dependem das práticas das pessoas, estas que são arraigadas com suas representações. Assim, encontram-se as ações tendo ligação direta ou em partes, com o fenômeno cultural presente nos indivíduos componentes da instituição. “Na literatura especializada, mesmo entre os mais abalizados autores, o conceito de cultura organizacional encerra significativo grau de elasticidade” (BERGUE, 2010, p. 450). Morgan (1996, p. 125) assume a seguinte postura diante do assunto:

Assim como os indivíduos numa cultura têm diferentes personalidades enquanto compartilham de muitas coisas comuns, isto também acontece com grupos e organizações. Esse é o fenômeno que agora é reconhecido

como “cultura organizacional”. As organizações são minissociedades que têm os seus próprios padrões distintos de cultura e subcultura. Assim, uma organização pode ver-se como um grupo bem integrado ou família que acredita no trabalho conjunto. Outra pode estar impregnada pela ideia de que “nós somos os melhores da indústria e pretendemos continuar assim”. Outra, ainda, pode ser grandemente fragmentada, dividida em grupos que pensam sobre realidade de formas muito diferentes, tendo diferentes aspirações a respeito daquilo que a organização deveria ser. Tais padrões de crenças ou significados compartilhados, fragmentados ou integrados, apoiados em várias normas operacionais e rituais, podem exercer influência decisiva na habilidade total da organização em lidar com os desafios que enfrenta.

Tratando-se de organizações, as mesmas podem ser descritas como “minissociedade” de lógicas próprias. Todavia, o que fica um pouco nebuloso na citação acima referida é a explicação reducionista do fator das organizações se comportarem de tal maneira. Neste ponto, pode-se encontrar na literatura sociológica possíveis explicações para o caso. Afinal, existem motivos que justificam o comportamento dentro de uma organização, e um deles venha a residir na análise das relações sociais dos agentes envolvidos. Fleury (1987, p. 117), recorrendo a uma abordagem mais sociológica e menos administrativa, assinala da seguinte forma o fenômeno da cultura organizacional:

um conjunto de valores e pressupostos básicos expressos em elementos simbólicos, que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto agem como elemento de comunicação e consenso, como ocultam e instrumentalizam as relações de dominação.

A posição adotada pela autora é valiosa ao passo que dá margem a interpretação do poder simbólico existente nas organizações e nas instituições como um dos responsáveis pela construção das suas identidades.

A INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA

As finalidades da instituição universitária pública brasileira merecem, sempre que possível, serem questionadas. Suas relações, estruturas e processos exógenos e endógenos contribuem para o desenvolvimento social e, como aponta Wanderley (2003, p. 8), estudar universidade “exige uma análise de fatores históricos, estruturais e conjunturais que levem em conta a multiplicidade da vida coletiva, aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais”.

A universidade é um lugar – mas não só ela – privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber, mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e a extensão. Ela é a instituição social que forma de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam. Situa-se na esfera da superestrutura, dentro da Sociedade Civil, mantendo vínculos com a Sociedade Política e base econômica. Serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social. Deve ter ampla autonomia para cumprir as suas finalidades, garantindo o pluralismo de ideias e liberdade de pensamento. [...] Em todas as sociedades, mas principalmente nas dependentes, cabe-lhe exercer tarefas urgentes de compromisso social (WANDERLEY, 2003, p. 11).

A universidade tem validade quando consegue se relacionar com a sociedade, e esse relacionamento é decisivo para o desenvolvimento de ambas. Percebe-se que nas interações entre a universidade e a sociedade é possível ocorrer à transferência mútua de saberes. Para tanto, um dos fenômenos presentes na universidade pode ser compreendido como uma variável para a legitimação da informação produzida: a cultura institucional presente no campo científico. A cultura, o desenvolvimento e a circulação da informação coexistem num plano semelhante e as consequências da circulação do conhecimento científico produzido no ambiente universitário podem ser responsáveis pelo desenvolvimento de uma sociedade. Deste modo, analisando a formação e a circulação da informação científica, o trabalho manifesta algumas reflexões que visam entender, inseridas neste contexto, a cultura institucional e seu potencial de interferência.

Percebendo o Campo Científico, seus Procedimentos e suas Consequências

Bourdieu defende a perspectiva de existência de campos sociais. Acreditando que o conceito de espaço social unificado seria uma petição de princípio, o autor acreditava numa imagem social fragmentada em campos e que estes possuíam lógicas próprias, mesmos sendo submetidos a violências do Estado:

[...] não seria preciso nos interrogarmos sobre as condições sociais de possibilidade e os limites de tal espaço? De fato, a gênese do Estado é inseparável de um processo de unificação dos diferentes campos sociais, econômicos, cultural (ou escolar), político, etc., que acompanha a constituição progressiva do monopólio estatal da violência física e simbólica legítima. (BOURDIEU, 1996, p. 51)

Dando continuidade, Bourdieu (2004, p. 20-21) aponta que existe um universo intermediário à noção uniforme do espaço social que ele chama de:

o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo ao qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microsomo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrosomo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrosomo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada.

Trabalhando com a hipótese de que é preciso uma sociologia clínica para entender as práticas dos atores e das instituições componentes do campo científico, Bourdieu (2004) contextualiza o conjunto de relações objetivas contidas e praticadas habitualmente de maneira clara e precisa: todos (agentes e instituições) fazem parte de um lugar que mais se assemelha a um jogo, e o saber jogar (*illusio*) é a característica necessária para se manter representativo e influente (BOURDIEU, 1996). Ainda segundo o autor, “todo campo social, seja o campo científico, seja o campo artístico, o campo burocrático ou o campo político, tende a obter daqueles que nele entram essa relação com o campo que chamo [o autor] de *illusio*” (BOURDIEU, 1996, p. 140). Devido à frequência dos atos deste conjunto de relações objetivas, poderia se concluir ingenuamente que eles são gratuitos, mas os mesmos não são devido à ideia do ato de gratuidade residir na ação impensada, na ação leviana. Logo, devido a nenhum perfil pesquisador/científico se caracterizar como leviano ou insano conclui-se que os mesmos não possuem atos gratuitos.

A palavra gratuito remete, em parte, à ideia de não motivado, de arbitrário: um ato gratuito é um ato do qual não podemos fazer sentido (o de Lafcadio, de Gide), um ato louco, absurdo, pouco importa, diante do qual a ciência social nada tem a dizer, diante do qual só pode se omitir. Esse primeiro sentido esconde outro, mais comum: o que é gratuito é o que é por nada, que não é pago, que não custa nada, que não é lucrativo. Encaixando esses dois sentidos, identifica-se a busca da razão de ser de uma conduta à explicação desta conduta pela busca de fins econômicos (BOURDIEU, 1996, p.138-139).

Bergue, apoiado em Weber, contribui distinguindo que:

A racionalidade referente a fins caracteriza-se quando a ação social é constituída em torno de “expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso”; ao passo que a racionalidade em relação a valores assenta-se na “crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independente do resultado”

[...] Relativamente à ação social afirma, a propósito, que “a ação só é racional com referência a fins no que se refere aos meios”. Como consequência disso, sob a perspectiva da racionalidade instrumental a racionalidade referente a valores será vista como irracional. (WEBER apud BERGUE, 2010, p. 447-448)

Percebendo assim uma característica da gênese comportamental dos agentes, entende-se que é praticamente impossível não notar suas consequências: a criação de relações de poder e submissão, e, devido à sensibilidade natural dos agentes do campo científico, por vezes haverá determinações de práticas. A formação da estrutura destas relações surge a partir da imposição do capital simbólico feita pelos agentes/instituições do campo, que nada mais é do que uma ordem simbólica fundada sobre os atos de conhecimento e/ou reconhecimento. Esta variável é determinante para impor respeito e distinguir um agente no campo.

Tratando especificamente do campo científico, é perceptível que todas estas características, praticadas rotineiramente pelos agentes do campo, levam à formação ou recriação de uma cultura institucional voltada à produção, reprodução e difusão do conhecimento. Se uma instituição é constituída por pessoas, e estas realizam suas práticas de acordo com seu capital simbólico, poderemos esboçar a imagem de uma cultura de relações e práticas racionais que perpetuará sob as circunstâncias da imposição de capital simbólico dos próprios agentes/instituições envolvidos. Assim, existindo um potencial de interferência inegável para qualquer instância, a cultura institucional presente no campo científico pode ser entendida como um determinante para a produção da informação científica.

DESENVOLVIMENTO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA EM SOCIEDADE

Era comum nas universidades medievais encontrar a noção da construção do saber desinteressado (do conhecimento tendo fim em si mesmo), afinal, a educação era destinada a uma elite que pouco se importava com os demais (WANDERLEY, 2003). Porém, as

transformações históricas conseguiram mudar esse padrão: o conhecimento atual exige um contexto, e este de qualquer maneira alcançara a esfera da natureza/sociedade.

Latour (2001), filósofo e estudioso da ciência, descreve “*O sistema circulatório da ciência*”, e, segundo o autor, existe a necessidade da criação de laços entre os agentes não-humano (produção científica) e os agentes humanos (sociedade). Para ele:

É impossível, por definição, dar uma descrição geral de todos os laços surpreendentes e heterogêneos que explicam o sistema circulatório encarregado de manter vivos os fatos científicos; mas talvez possamos esboçar as diferentes preocupações que todos os pesquisadores terão de alimentar ao mesmo tempo caso queiram ser bons cientistas. (p. 117)

Auxiliadas por processos e lógicas comunicacionais, Latour faz referência a cinco tipos de atividades, todas complementares ao desenvolvimento científico e, conseqüentemente, social: *mobilização do mundo*, *autonomização*, *alianças*, *representação pública* e *vínculos e nós*.

A *mobilização do mundo* seria o momento de contato entre o “laboratório”, abrigo dos responsáveis pela ciência, e o mundo (natureza/sociedade). Retira-se do mundo o objeto de estudo, consegue então o tornar móvel, observável. Porém, a ciência não pode ser legitimada por um único pesquisador/cientista, é necessária a contestação ou aceitação dos resultados obtidos com o desenvolver científico, explica-se assim o imperativo das *autonomização* da ciência produzida.

A busca pelas *alianças* é devido ao fato da inserção da ciência num contexto social não ser tarefa simples. Os requisitos científicos muitas vezes vão de encontro com os costumes, leis e paradigmas, vigentes. A mobilização estratégica de grandes agentes externos é vista como necessária para o desenvolvimento científico, seja ele em que escala for.

A necessidade da *representação pública* reside no motivo que, tratando da aplicação dos resultados científicos, “[...] todas essas controvérsias chocariam terrivelmente o cotidiano das pessoas, abalando-lhes o sistema normal de crenças e opiniões. O contrário é que seria de se espantar, pois não é tarefa da ciência modificar as associações de pessoas e coisas?” (LATOUR, 2001, p. 124). A *representação pública* está materializada nos formadores de opinião, em civis respeitados e formadores da opinião pública.

O circuito descrito como *vínculos e nós* apresenta-se interligado a todos os demais circuitos, ele é o núcleo conceitual, “mas ele não é definido por preocupações localizadas a

grande distância de outras; ao contrário, é ele que as mantém todas juntas, que robustece sua coesão, que *acelera sua circulação*” (LATOUR, 2001, p. 126), assim, ele é capaz de dar lógica aos meios.

O Potencial de Interferência da Cultura Institucional

Acatando o conceito de *illusio* praticado habitualmente (BOURDIEU, 1996; 2004) como o central formador da cultura organizacional presente no campo científico, considera-se também a ideia que os agentes do campo são interessados pelo jogo e atuam de forma que ele mereça ser jogado. A todo tempo os agentes procuram maneiras de conquistar capital simbólico, e se tratando do campo científico, isso acontecerá através de publicações em periódicos, publicações de livros acadêmicos, exposição de resultados de pesquisas, participação em congressos, enfim, atividades que aumentem seus currículos acadêmicos.

A conquista do capital simbólico pode ser útil para a circulação social da informação científica produzida, servindo de ferramenta. O capital simbólico será diretamente proporcional a influência que o agente poderá exercer. Logo, podemos imaginar que:

Um dos efeitos da violência simbólica é a transfiguração das relações de dominação e de submissão em relações afetivas, a transformação do poder em carisma ou em encanto adequado a suscitar um encantamento afetivo. [...]

A alquimia simbólica, tal como acabo de descrevê-la, produz, em proveito daquele que cumpre com esses atos de eufemismo, de transfiguração, de conformação, um capital de reconhecimento que lhe permite ter efeitos simbólicos. É o que chamo de capital simbólico, atribuindo assim um sentido rigoroso ao que Max Weber designava pela palavra carisma, conceito puramente descritivo, que ele tomava explicitamente [...] como equivalente ao que a escola durkheiminiana chamava de *mana*. (BOURDIEU, 1996, p. 170)

Sugerindo um modelo circulatório da ciência, Latour consegue estabelecer uma condição entre os pesquisadores/cientistas, afinal, só será bom cientista aquele que conseguir circular ciência entre os agentes humanos ao passo que a constrói. Atender a tal requisito, às vezes, pode não ser apenas uma questão motivacional, neste ponto, pode-se explanar sobre o outro aspecto consequente da cultura institucional como positivo ou negativo.

Latour (2001) descreve muito bem seu “*sistema circulatório da ciência*”, porém, alguns circuitos ali presentes exigem certo “carisma” (capital simbólico) do pesquisador/cientista para serem criados. Seria possível imaginar um pesquisador/cientista

jovem com a mesma representação, influência ou “carisma” que um pesquisador/cientista mais velho? Se sim, quais as possibilidades acarretariam tal fato? Essas possibilidades poderiam ter um grande índice de incidência com outro pesquisador/cientista? Capital simbólico é conquistado com o tempo, enfrentando inúmeras batalhas no jogo, afinal, poucos entram no jogo sabendo jogar.

Sensivelmente formada pelo jogo de interesses, a cultura institucional torna-se também um molde para os recém-chegados e assumirá uma postura influente, afinal tem potencial para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um desafio complexo refletir criticamente o fenômeno da cultura presente nas instituições, visto que sua gênese envolve minúcias das relações sociais. No entanto, tratando-se de gestão, a indiferença perante o mesmo pode ocasionar sérios transtornos e, diante disto, relações públicas e administradores necessitam apreender as lógicas dos processos culturais que regem a instituição. Ao questionar-se sobre a origem da cultura e como ela é recriada é necessário de início perceber que ela depende do ato comunicativo. A simbologia das relações sociais, transmitidas por diversos dispositivos comunicacionais, são as reais responsáveis por criar e recriar a cultura.

O presente artigo propôs algumas reflexões acerca do campo científico, e, sendo responsáveis pela maior parte do desenvolvimento científico do país, as universidades representam a maior instância deste campo.

As considerações que podem ser feitas, com base na literatura explorada, são que existe de fato um jogo de interesses presente no campo científico, e, devido ao fato de grande parte dos agentes do campo científico estarem localizados na organização universitária, a perpetuação desse jogo, sob pretexto do desenvolvimento científico, acarretará na criação de uma cultura institucional voltada à produção, reprodução e difusão da informação científica. Outra relevante particularidade seria a percepção das violências simbólicas. Como defendido no trabalho, a noção da violência simbólica pode preterir ou favorecer agentes, logo, mostra-se um processo tirano favorecer apenas quem mais detém capital simbólico.

REFERÊNCIAS

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas em organizações públicas**. 3 ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução: Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FLEURY, M. T.; FISCHER, R. M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Tradução: Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. Tradução: Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 2003.